



DECLARAÇÃO DE GUARDA/RESPONSABILIDADE FAMILIAR

Eu, _____, portador(a) do RG _____, e do CPF: _____ **DECLARO**, nos termos da **Lei nº 7.115/83***, junto ao Colégio _____ para fins de análise socioeconômica referente ao processo de Renovação/Concessão da Bolsa Social e em consonância com o **art. 32 da Lei nº 8.069/90 ECA** que sou responsável pelas criança(s):

_____ com o qual tenho parentesco de:

☐ Mãe ☐ Avô/Avó ☐ Outros: Especificar: _____

☐ Pai ☐ Tio/Tia

Desde a data de: ____/____/_____, por motivo de: _____, e ainda não foi possível regularizar a guarda/tutela em questão.

DECLARO serem verdadeiras as informações prestadas, bem como me declaro ciente de que a falsidade das declarações pode ensejar responsabilização legal prevista no **art. 26 da Lei complementar nº 187/2021** e no **art. 68 do Decreto nº 11.791/2023** sem prejuízo da sanção aplicável ao crime de falsidade ideológica, de acordo com o **art. 299 do Código Penal***, além do imediato cancelamento do benefício.

_____, ____ de _____ de 202____

Assinatura com autenticação obrigatória (cartório ou GOV.BR)

(*) LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983 Art. 1º. A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da lei, presume-se verdadeira.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

Art. 2º. Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável.

Art. 3º. A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

() LEI Nº 8.069 DE 13 DE JULHO DE 1990** Art. 19. Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes. Art. 32. Ao assumir a guarda ou a tutela, o responsável prestará compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo, mediante termo nos autos.